

CLIPPING IMPRESSO

26/09/2021

INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. SERVIDOR PÚBLICO	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2 - 6

Corpus Christi e os feriados criados pela Assembleia Legislativa do Maranhão

MANOEL SANTOS NETO

Na semana que passou, o deputado estadual Marco Aurélio (PCdoB) ficou em estado de graça, no Plenário da Assembleia Legislativa. Foi promulgada, na sessão de quarta-feira (22 de setembro), a Lei 11.539/2021, de sua autoria, que considera o Dia de Corpus Christi feriado religioso em todo o estado. Visivelmente emocionado, Marco Aurélio discursou na tribuna da Casa e disse que atendeu à solicitação do bispo de Imperatriz, dom Vilsom Basso, em comum acordo com os demais bispos das dioceses do Maranhão.

Marco Aurélio destacou a importância de se garantir o feriado em lei. “Trata-se de garantirmos o que já é praticado há muitos anos, porém, como ponto facultativo, ficando a critério dos municípios. Além de garantirmos esse dia como feriado, reforçaremos a importância e o reconhecimento desta casa ao povo católico do nosso Estado”, ressaltou o parlamentar, que agradeceu de público o apoio dos demais colegas e especialmente do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB).

Como se sabe, Corpus Christi não tem data fixa. Está entre as festas religiosas móveis. Acontece 60 dias após a Páscoa. Em 2021, o Domingo de Páscoa foi em 4 de abril, então o Corpus Christi ocorreu em 3 de junho. O ano passado (2020) caiu em 11 de junho e o ano vindouro (2022) será em 16 deste mesmo mês. Corpus Christi é festa oficializada pela Igreja desde o século XIII, sendo assim uma data tradicional, consagrada no país inteiro. E sabe-se que uma tradição, principalmente de natureza cristã, tem mais força, em nosso país, do que algumas leis insignificantes que os



Os deputados Marco Aurélio e Zé Inácio são autores de leis de criação de feriados promulgadas pelo presidente da Assembleia, Othelino Neto

legisladores às vezes aprovam e eles mesmos desobedecem, depois, ou até esquecem. A euforia de Marco Aurélio no Plenário fez lembrar o entusiasmo do deputado Zé Inácio (PT), no ano de 2018, quando foi promulgada a Lei Estadual nº 10.747/2017, de sua autoria, que instituiu o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) como feriado estadual.

Mas a alegria durou pouco. Logo saiu uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão que julgou procedente, na data de 09/10/2019, uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Indústrias (Fiema) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), questionando a validade da lei que instituiu o Dia da Consciência Negra como feriado estadual. Na época, o deputado Zé Inácio veio a público para esclarecer que no dia 20 de novembro de 1695 tombou o maior líder negro do Brasil, Zumbi dos Palmares, um grande exemplo de bravura, dignidade e combatividade. Lutou o tempo todo contra a exploração, a opressão e o regime escravagista. Desde 2003, o dia 20 de

novembro ficou conhecido como o Dia da Consciência Negra no Brasil. A data comemorativa foi estabelecida pela Lei nº 10.639/2003, quando foi instituído nas escolas do país o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

“Reconhecer o dia 20 de novembro como feriado estadual é uma justa homenagem à luta de Zumbi dos Palmares, dos Quilombos e de todo o Povo Negro, que luta por dignidade e liberdade. O cerne da Lei Estadual nº 10.747/2017 é celebrar valores históricos e culturais entendidos como relevantes pelo Parlamento Estadual”, argumentou o deputado Zé Inácio.

Ele salientou ainda que a importância histórica e cultural da data é celebrada como feriado, por exemplo, nos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, e em inúmeros municípios do País, a exemplo de São Paulo. Isso demonstra que a Constituição Federal não foi violada na edição da Lei.

A edição da Lei Estadual nº 10.747 pelo Estado do Maranhão tem por fundamentos tanto o art. 24, VII quanto o art. 25, §1º da CF/88, que conferem aos

estados membros competência concorrente para legislar sobre matéria afeta à proteção do seu patrimônio histórico e cultural. “Logo, não se vislumbra qualquer usurpação de competência privativa da União pelo Estado do Maranhão, uma vez que a presente Lei não trata sobre Direito do Trabalho”, frisou Zé Inácio que, na época, buscou junto à Assembleia Legislativa do Maranhão, à Procuradoria Geral do Estado (PGE-MA) e ao Partido dos Trabalhadores (nos termos do art. 92 da Constituição Estadual) os meios necessários para obter a reforma da decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão nas Cortes Superiores. Portanto, vale lembrar, houve reações e contestações à Lei Estadual nº 10.747/2017, que instituiu o Dia da Consciência Negra como feriado estadual. Agora, a expectativa é saber se haverá reações contrárias também à Lei 11.539/2021, que considera o Dia de Corpus Christi feriado religioso em todo o estado. A Assembleia Legislativa do Maranhão fez a promulgação desta lei, na semana passada, tendo em vista sobretudo a tradição, principalmente de natureza cristã, que está impregnada na alma do povo maranhense.

DIVULGAÇÃO

TRÂMITE NO CONGRESSO NACIONAL

Bancada do Maranhão avalia Reforma Administrativa proposta por Bolsonaro



Os deputados federais Gastão Vieira, Aluísio Mendes e Bira do Pindaré têm opiniões divergentes em relação ao projeto do governo federal

Um ano de trâmite na Câmara dos Deputados. Treze horas de votação na Comissão Especial. Pelo caminho ainda tem votação de dois turnos no Plenário Ulysses Guimarães, longas discussões entre os senadores e duas votações no Plenário do Senado Federal. Estes são os passos para que a Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, a chamada PEC da Reforma Administrativa, seja promulgada e entre

em vigor no País. Até lá, uma avalanche de críticas e sugestões de parlamentares da oposição e governistas podem aprimorar o texto e provocar mais mudanças na proposta original. A PEC chegou ao Congresso Nacional em 3 de setembro do ano passado, pelas mãos do então secretário-geral da Presidência da República, ministro Jorge Oliveira, entregue ao ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

PÁG.7

Reforma Administrativa

Visões divergentes sobre proposta que mexe com direitos dos novos servidores públicos dos três Poderes

Deputados maranhenses que integram a Comissão Especial que discutiu a Reforma Administrativa revelam preocupação com o texto, que agora será analisado pelo Plenário

GIL MARANHÃO

Um ano de trâmite na Câmara dos Deputados. Treze horas de votação na Comissão Especial. Pelo caminho ainda tem votação de dois turnos no Plenário Ulysses Guimarães, longas discussões entre os senadores e duas votações no Plenário do Senado Federal. Estes são os passos para que a Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, a chamada PEC da Reforma Administrativa, seja promulgada e entre em vigor no País. Até lá, uma avalanche de críticas e sugestões de parlamentares da oposição e governistas podem aprimorar o texto e provocar mais mudanças na proposta original. A PEC chegou ao Congresso Nacional em 3 de setembro do ano passado, pelas mãos do então secretário-geral da Presidência da República, ministro Jorge Oliveira,

entregue ao ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A ideia do governo é criar um novo marco legal para a administração pública brasileira. E prevê mudanças no serviço público civil nos três Poderes de todos os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) e no Ministério Público. Mas deixou de fora membros de Poder - como juízes, promotores, políticos, e os militares. As regras serão válidas apenas para futuros servidores. Após apresentar sete relatórios e mudar o texto três vezes nas duas últimas semanas, a Comissão Especial finalmente votou as propostas na quinta passada, 23, em reunião tensa e longa que durou mais de 13 horas - sete horas e meia para discussão e votação do texto-base, o restante para análise dos destaques. O relatório do deputado Arthur

Oliveira Maia (DEM-BA) foi aprovado por 28 votos contra 18.

Um dos pontos mais polêmicos foi a questão da terceirização - os instrumentos de cooperação com empresas privadas, mantidos no texto. O tema é uma das principais críticas da oposição, que entende que os convênios podem desviar recursos da Saúde e da Educação, aumentar o risco de corrupção e prejudicar a qualidade de serviços públicos. Outra polêmica foi a questão de férias de 60 dias juízes e promotores, dentre outros benefícios - preservados no texto. Geraram também discussões as regras para contratações temporárias, com limite de até dez anos.

A reforma também acaba com os seguintes benefícios para administração pública direta e indireta, nos níveis federal, estadual e

municipal: férias superiores a 30 dias; adicionais por tempo de serviço; aumento de remuneração ou parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença por tempo de serviço; aposentadoria compulsória como punição; adicional ou indenização por substituição; parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e critérios de cálculo definidos em lei; progressão ou promoção baseadas exclusivamente em tempo de serviço.

Deputados maranhenses que integram a Comissão Especial da Reforma Administrativa têm visões divergentes sobre vários pontos da proposta e se manifestaram durante a reunião. A reportagem do **Jornal Pequeno**, em Brasília, acompanhou a reunião. Segue a opinião dos parlamentares.

Para Bira do Pindaré, reforma privatiza o serviço público brasileiro

DIVULGAÇÃO



O deputado federal Bira do Pindaré (PSB-MA), que participou da reunião, foi entre os maranhenses o que mais fez intervenções durante a votação da matéria. Ele apresentou uma questão de ordem sobre a Resolução 19 que criou o Sistema de Deliberações Remotas (SDL) e determina que as sessões e reuniões extraordinárias das comissões por meio desse sistema deverão ser convocadas com antecedência de 24 horas. “Precisamos - juntos com a nossa assessoria - ter tempo hábil para poder estudar, analisar cada detalhe da matéria, ainda mais quando a cada hora tem um relatório novo e traz temas que já estavam fora, como a terceirização absoluta do serviço público no Brasil”, reivindicou.

CRÍTICAS

Bira criticou um parlamentar que fez acusações à Oposição

de mentir sobre questões relacionadas aos servidores públicos e depois se retirou do plenário. “Quem é que está mentindo nesta história?”, perguntou. “Quem mente é quem diz que a responsabilidade de não ter creche no Brasil é do servidor público. O servidor público está sendo penalizado nessa reforma que é uma destruição do serviço público”, observou.

Bira reclamou que o novo relatório trouxe de volta o artigo 37A “que privatiza o serviço público”. “Simplesmente autoriza a terceirização, privatização em todos os setores, contratos temporários de 10 anos. Isso não vai resolver o problema do nosso país. É por isso que o PSB está aqui na luta ao lado de toda a oposição e do povo brasileiro que está dizendo: “quem votar, não volta””, acrescentou.

Gastão Vieira alerta para os efeitos da reforma em ano de pré-eleição

O deputado federal Gastão Vieira (Pros-MA) fez uma explanação de 17 minutos durante a apreciação dos destaques. “Cheguei nesta comissão há poucos dias, na qualidade de titular. Como gosto deste desafio de matérias complexas, que exige de nós um pensamento futuro, aceitei. Estava no quinto relatório e não me senti a vontade para criticar o texto, uma vez que eu estava chegando no final. Mas fiquei observando os debates e quero chamar a atenção para os seguintes pontos”, declarou.

O parlamentar fez alguns questionamentos. “A quem interessa a reforma neste momento?”, perguntou. “A minha experiência de seis mandatos parlamentares me mostra que toda reforma feita perto de período eleitoral é ruim. Ela mobiliza as bases, põe quem votou a favor em outdoor nas ruas, mas a essência não conheço nenhum tipo de benefício que essas reformas em ano eleitoral tenham trazido”, alertou. “A reforma interessa ao ajuste fiscal? Vamos fazer essa reforma para diminuir nossas

despesas? Só os pobres serão atingidos pelas medidas que definimos aqui. Então, porque fazer? Para nós, parlamentares, aqueles que vão para os outdoors como ‘traidores da Pátria’ e aqueles que serão aplaudidos por defensores do funcionário público todos vão pagar um preço por pegar um assunto deste às vésperas de um ano eleitoral”, avisou o deputado.

TERCEIRIZAÇÃO

Ele fez defesa da terceirização. “Vi alguns discursos da Oposição que me preocuparam, como vamos fazer a reforma e deixar tudo como está? E bate com um ponto, o que trata da terceirização. Praticamente, as escolas hoje têm nos novos profissionais da Educação, além dos professores, incorporamos uma outra categoria de serventes, auxiliar de cozinhas, etc, – que são todos terceirizados”, revelou. “Fui derrotado nas minhas teses do Novo Fundeb que eu queria diminuir de 60% que é empregado em pessoal para sobrar dinheiro para outras atividades. A oposição lutou até subir as despesas de 60%

DIVULGAÇÃO



para 70% para proteger os terceirizados. Quer dizer: ali pode proteger os terceirizados, aqui é um crime de lesa Pátria”, frisou.

CARREIRAS PARALELAS

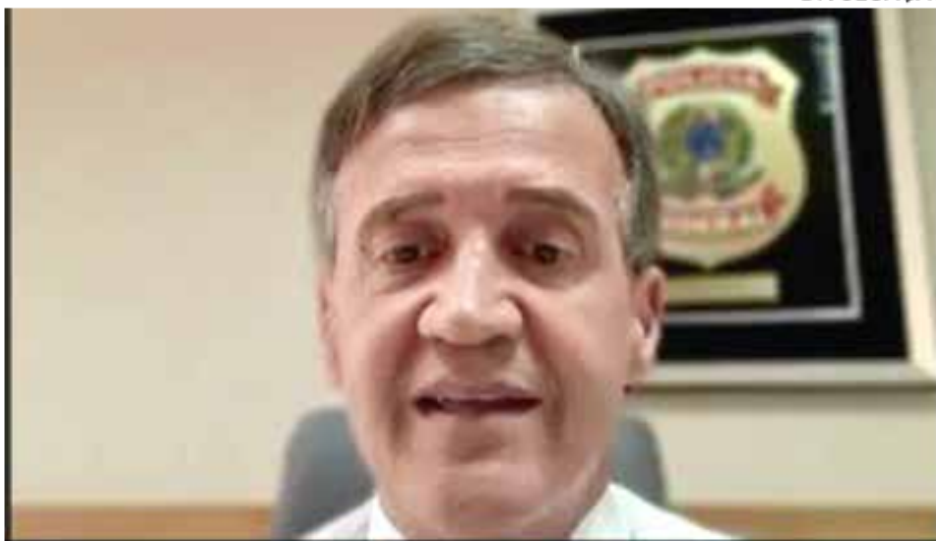
Gastão também defendeu a criação de carreiras paralelas. “Gostaria de trabalhar mais ideias para que os entes federados, estados e municípios, pudessem criar carreiras paralelas, de caráter temporário ou não, para pessoal de nível superior. Como é que vamos fazer face às mudanças democráticas, tecnológicas e de outra natureza neste mundo pós-pandemia? Os

ocupantes das atuais carreiras, que não serão atingidos pela reforma, poderão ter acesso à essas novas carreiras, as carreiras paralelas, mediante ao preenchimento das mesmas exigências”.

Por último, reafirmou: “Voto a favor do relatório porque quero que vá ao Plenário. Nosso grande debate de mérito vai se dar no Plenário. Lá teremos a oportunidade de discutir e de tentar melhorar o texto”, disse. “Vou para o Plenário de espírito aberto para produzirmos um relatório que pode ser melhorado. Agora fazer reforma por reforma isso não concordo”, finalizou.

“Apresentamos um projeto que visa modernizar o serviço público”, diz Aluísio Mendes

DIVULGAÇÃO



Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Aluísio Mendes encaminhou na Comissão Especial o voto do bloco partidário encabeçado pelo seu partido, o PSC, e mais PROS e PTB. Ele teve duas intervenções durante a reunião da votação da PEC da Reforma Administrativa.

A primeira foi na discussão sobre requerimento de adiamento da votação da matéria, sob alegação de que os parlamentares não tiveram tempo de analisar o novo texto apresentado pelo relator, feito em menos de um dia. Ele votou pelo não adiamento. “O bloco vota não”, disse.

Aluísio elogiou “o equilíbrio e moderação” na condução

dos trabalhos. “Precisamos vencer essa disputa, que é democrática, e apresentarmos ao País um projeto que vise única e exclusivamente modernizar o serviço público brasileiro”, disse o parlamentar, ao defender a correção de algumas distorções na PEC.

Na hora de declarar o voto favorável do bloco ao relatório, Aluísio destacou o trabalho do relator Arthur Maia, “que já é conhecido nesta Casa pela qualidade do trabalho apresentado, pela coragem e pela resiliência, por estar entregando ao País um projeto que vai modernizar nos próximos 20 anos o serviço público no País”, enfatizou.